

Para que serve um historiador ou historiadora?

Por Camila Serafim Daminelli – historiadora e professora de história

Durante as aulas de história, com meus alunos e alunas, sempre que possível, destaco a polissemia do conceito de história. Com os meninos e meninas do segundo ano do Ensino Médio me permito, inclusive, abordar discussões historiográficas densas, como aquela construída por Reinhart Koselleck sobre a “história” que, durante mais de dois mil anos, era o resultado do acúmulo de experiências diversas, as quais os homens e as mulheres se apropriavam, fosse como aprendizado de um passado que se repetiria, no futuro, fosse como fontes de sabedoria d’outros povos e tempos. No âmbito da língua alemã, por exemplo, essa noção de histórias plurais, expressas através do termo francês *Historie*, foi profundamente transformada com o advento da modernidade. Esse período foi marcado pela emergência de outro conceito, o alemão *Geschichte*, que consiste na História como um conhecimento *de* e *sobre* si próprio, que não compila, portanto, relatos de experiências, mas constrói conhecimento novo, com base nesses relatos e experiências. Um coletivo singular, nas palavras do autor, que, para os meninos e meninas do primeiro ano, simplifico informando que existe a história no sentido de um relato e de um processo, a história disciplina, e a história científica - esta última, produto dos historiadores e historiadoras, utiliza as fontes da história naquele primeiro sentido, com a “finalidade”, por assim dizer, de aportar aos ensinamentos da história disciplina.

No dia 19 de agosto celebramos, no Brasil, o dia do historiador e da historiadora. Atuação socialmente reconhecida como envolta em grande erudição, reflexividade, e que remonta aos escribas das sociedades antigas orientais e aos cronistas da Antiguidade Clássica, à história conferiu-se apenas recentemente o *status* de profissão. O vocábulo recente aqui, deve ser tomado ao pé da letra: foi no dia 12 de agosto de 2020 que o último entrave para a aprovação do projeto junto ao Senado Federal, cedeu, após uma década de tramitação nas casas legislativas brasileiras. Dentre os referidos entraves constavam, inclusive, um veto do Ministério da Economia, para quem a profissionalização restringiria o livre exercício cultural, artístico e científico daqueles e daquelas que, sem formação específica em história, dedicam-se a funções a ela vinculadas. Ora, dentre os requisitos básicos para qualquer exercício profissional está o aprendizado dos métodos, dos pressupostos metodológicos, o conhecimento das escolas, da história da própria disciplina, enfim. A profissionalização, importa dizer, não restringe o exercício do historiador e da historiadora que, em que pese a falta de formação específica, aprendeu o ofício no dia a dia do exercício profissional. Não é essa a bandeira que se hasteia quando demandamos o reconhecimento da profissão. Mas sim, que fossem estabelecidos os requisitos laborais básicos, como espaços de trabalho, remuneração, obrigatoriedades e, antes de mais nada, que se reconhecesse que fazer história – seja a *história* do compilado e da tutoria de experiências, seja a da condução da disciplina ou a dita história científica – é profissão, e para exercê-la com responsabilidade social, o/a profissional deve estar versado/a nos procedimentos éticos e teórico-metodológicos da carreira.

Se pensarmos a história desde o lugar de sua infinita erudição, de seus espaços socialmente disseminados – escolas, arquivos, museus, patrimônios, livros e análises – e da sua existência longa, que remonta há milhares de anos, parece fora de lugar questionar para que serve um historiador e uma historiadora. Nossos alunos e alunas, por exemplo, podem balbuciar a resposta, sem saber o que dizer, ao mesmo tempo em que esboçam, para si mesmos, uma resposta que sugere que ela “serve”, sim, pra alguma coisa. E ela serve, mesmo. Todos os sentidos da palavra “servem” para alguma coisa. Os/as profissionais de história são indivíduos formados pelo combate que caracteriza o seu campo, versados em problematizar, em colocar em questão o mundo, as perspectivas, as fontes de informação, sua pertinência e condições de produção. São profissionais que ensinam a pensar criticamente as coisas, situando o mundo e o tempo, sempre a lembrar que as coisas não são, elas estão. Estando, como tudo o que é construído humano, podem ser alteradas: a cultura, a sociedade, as desigualdades, as relações. Perguntem aos meninos e meninas de outrora. Aqueles que amaram a história escolar, tiveram profissionais marcantes, destacados, e que “mudaram o mundo” no detalhe. Esse detalhe, que é o objetivo da história, é a formação de todos e cada um dos indivíduos nesse “saber pensar”. Essa é, em parte, a justificativa para a luta pela profissionalização. Uma função tão relevante, cada vez mais urgente, não pode ser exercida sem a ética que caracteriza um profissional com formação específica. Só um tipo de historiador ou historiadora “não serve”, para seguir a lógica. Aqueles e aquelas que prestam um “desserviço”, ou seja, que tomam a história à revelia, destacando na experiência histórica um par de elementos e de fatos e criando, ao seu redor, polêmicas inférteis, impossíveis de defender-se senão pela força do ódio. Relatos parciais, de má fé, que buscam justificar o preconceito, o racismo, a misoginia e outras formas de violência, mas que não resistem à menor das análises documentais, ou ainda, à ética requerida para a vida em sociedade. A este campo de produção chamamos revisionismo ou, num outro linguajar, *fake news*. Este sim, não aporta, não faz pensar, não reflete sobre nada, afinal, sequer pode ser incorporado à polissemia do conceito de história pois, de fato, não é.

A todos e todas que exercem essa profissão – e aos meninos e meninas que se apaixonam diariamente por este ofício, o de historiar – a equipe do NAC/IFES Campus Aracruz deseja um feliz dia do historiador e da historiadora!

Para seguir pensando:

MOTA, Rodrigo Patto Sá. Porque vale a pena regulamentar a profissão de historiador. Associação Nacional de História. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/454-porque-vale-a-pena-regulamentar-a-profissao-de-historiador>

PAIANI, Flávia Renata Machado. A história do conceito de história. Diálogos (Maringá. Online), v. 18, n.2, p. 943-949, mai.-ago./2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305532629017.pdf>